IBDP
Instituto Brasileiro de
Direito Previdenciário

O papel da atividade jurisdicional na concretização de direitos fundamentais das mulheres

José Antonio Savaris

TÍTULO DO SLIDE

Homenagens

Homenagens à parte

Caráter cogente da Resolução CNJ 492/2023

Crítica de modismo, do politicamente correto, da panaceia e da parcialidade

PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

A proposta de um novo método jurídico para concretização dos direitos fundamentais das mulheres

“o julgamento com perspectiva de gênero, que nada mais é, do que um método interpretativo dogmático – tão genuíno e legítimo quanto qualquer outro” (p. 43)

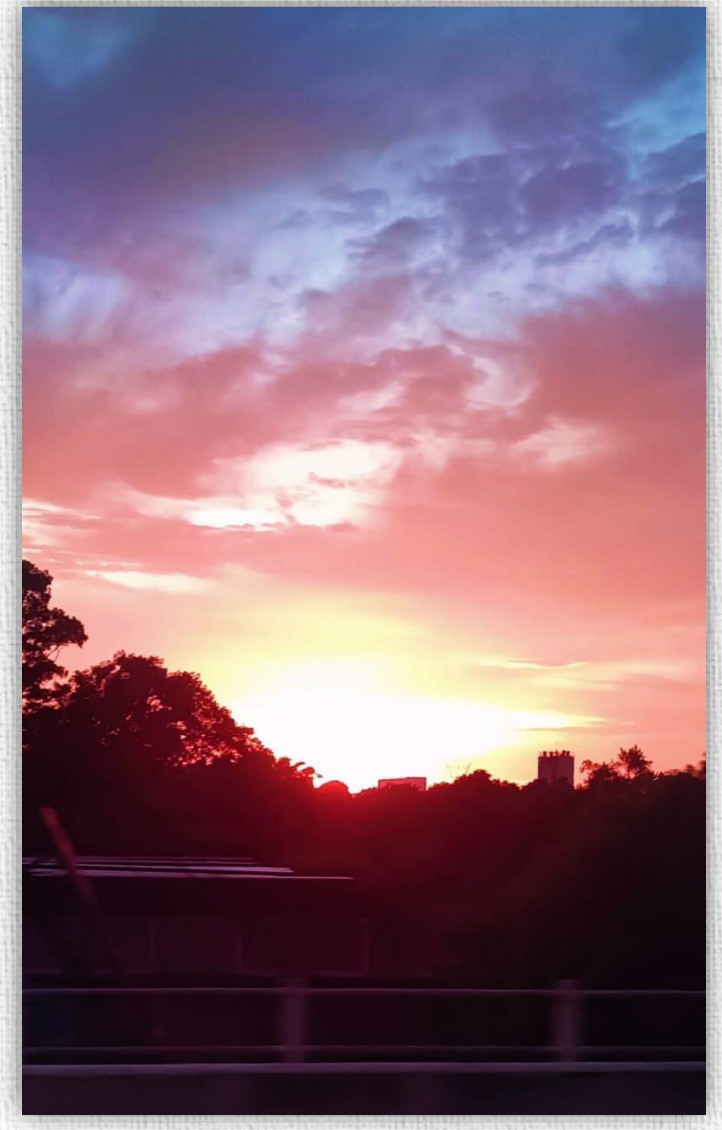
“interpretar o direito de maneira não abstrata, atenta à realidade, buscando identificar e desmantelar desigualdades estruturais” (p. 43)

Dependência financeira como violência de gênero

A busca por resultados protetivos e emancipatórios

TÍTULO DO SLIDE

Em um mundo de desigualdades estruturais, julgar de maneira abstrata – ou seja, alheia à forma como essas desigualdades operam em casos concretos – além de perpetuar assimetrias, não colabora para a aplicação de um direito emancipatório. Ou seja, a **parcialidade** reside justamente na desconsideração das desigualdades estruturais, e não o contrário (p. 43).



"Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor.
Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura" (Guimarães Rosa).

@jose.savaris